

Publicar e esconder ou o jogo da caça ao livro



Para que serve a publicação? A pergunta é muito vaga e pode ser respondida segundo muitas perspectivas e de muitas maneiras. Aliás, pode imediatamente suscitar outra pergunta: o que é uma publicação? Ou, de outra forma, que publicações estão em causa? Por isso, vou precisar o contexto em que surge a minha questão.

Em primeiro lugar, estou a pensar naquele produto de determinadas actividades académicas e profissionais que supostamente tem como objectivo tornar público e divulgar essas mesmas actividades. Tradicionalmente, conforme as áreas do conhecimento, corresponde, antes de mais, a artigos (Ciências) e livros (Humanidades), especialmente dedicados aos pares e a todos os que têm profundo interesse nos assuntos, e, num segundo momento, a obras ditas de divulgação, com características e destinatários muito diversificados.

Em segundo lugar, estou a pensar nas publicações de instituições ligadas ao Património Cultural que têm como principais objectivos a salvaguarda, o estudo e a valorização desse mesmo Património, sendo a edição uma actividade marginal.

Nas editoras comerciais, um dos objectivos imediatos é, certamente, o lucro, no mínimo o que permite manter a actividade, mas mesmo nestes casos, como é especialmente evidente no gosto que move alguns, é de supor que há subjacente uma intenção de tornar público, de disseminar, de partilhar as obras publicadas e o que a elas está associado ou delas deriva. Numa instituição pública com responsabilidades na gestão do Património, parece-me que

este deverá ser o primeiro objectivo da publicação de um livro ou de uma revista, ainda que essa publicação também possa ser uma fonte de receitas que, idealmente, pode contribuir para as acções divulgadas e para a própria divulgação.

Nos últimos anos, a digitalização permitiu reduzir muito significativamente os custos de publicação, nomeadamente nas parcelas correspondentes à impressão e distribuição, e tornou frequente a publicação em formato digital de acesso gratuito. Este formato liberta a publicação de grande parte dos seus constrangimentos económicos e permite à instituição que a promove focar-se no essencial que é a sua acção no Património. Nalguns casos esse formato permite dar nova vida e nova divulgação a edições esgotadas que dificilmente teriam hipóteses de reedição no formato inicial em papel; noutras casos é usado para publicações originais disponibilizadas apenas desta forma; numa terceira situação, o formato digital surge a par do formato tradicional em papel, com lançamentos em simultâneo ou quase, coexistindo o volume em papel à venda nas instituições e, com sorte, nas livrarias com o volume digital disponível gratuitamente na internet. Julgo que a primeira modalidade é a mais antiga e, relativamente aos assuntos que mais me interessam, não posso deixar de destacar os casos do Metropolitan Museum of Art e do Getty Conservation Institute, que há muitos anos oferecem (respectivamente [aqui](#) e [aqui](#)) muitas obras, não apenas as esgotadas mas também outras que ainda continuam à venda. Relativamente à segunda situação, como exemplo de instituição com uma longa política de edição original em formato digital de acesso livre, um dos que me ocorre em primeiro lugar é o do Instituto del Patrimonio Cultural de España ([aqui](#) ou [aqui](#)). A terceira modalidade, de edição simultânea em papel e em formato digital, é compreensivelmente menos comum, conhecendo somente pequenas iniciativas ou, mesmo, publicações isoladas. Servem de exemplo, respectivamente, o Centre for Art Technological Studies and Conservation, da Dinamarca, com uma série disponibilizada dessa forma (*The CATS Conference Proceedings*, com o acesso digital [aqui](#)) e o grosso e importante volume dedicado à conservação e restauro do Pórtico da Glória da catedral de Santiago de Compostela, publicado, há menos de um ano, pelo mencionado Instituto del Patrimonio Cultural de España (disponível nos dois formatos [aqui](#)).

Dentro deste espírito da livre divulgação das publicações resultantes das actividades das instituições com interesses na área do Património Cultural é de destacar a forma como esse princípio foi assumido e anunciado pelo Institut Royal du Patrimoine Artistique, da Bélgica, que muito recentemente colocou na internet todos os números do seu boletim (uma das mais importantes revistas de Conservação e Restauro, com publicação continuada desde 1958) e todos os volumes da colecção *Scientia Artis* (respectivamente [aqui](#) e [aqui](#)).

Mas estes são apenas alguns exemplos e quotidianamente surgem volumes em formato pdf postos com acesso livre na internet por instituições, por editoras ou por autores, dos quais, limitando-me aos que têm relevância para a Conservação e Restauro, vou dando nota no Facebook ([#BibliotecaVirtualCiarte](#)). Sem qualquer preocupação de sistematização, bem longe disso, em menos de um ano e meio divulguei mais de 350 volumes (onde, no entanto, se

incluem os que estão disponíveis para aluguer virtual, igualmente gratuito, no Internet Archive).

Em Portugal, o número de instituições que adoptou essa política de divulgação é ainda reduzido. Uma das excepções que me ocorre é a do Museu Nacional de Arqueologia, que já há algum tempo tem aqui alguns catálogos de exposições e as cinco séries da revista *Arqueólogo Português*, desde o primeiro volume, de 1895, mas sem incluir os volumes mais recentes (que, porém, estão disponíveis noutra sítio). Igualmente merecem destaque o Museu de Lamego, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Direcção Regional de Cultura do Norte e, mais recentemente, em parte em colaboração com a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, o Museu Nacional de Arte Antiga (com algumas publicações, respectivamente, aqui, aqui, aqui e aqui). Num contexto temático mais alargado, pode-se referir a disponibilização das dezenas de volumes da *Biblioteca Breve*, do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, e da colecção *O Essencial*, da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, actualmente disponíveis, em ambos os casos, juntamente com mais algumas publicações, na página do Instituto Camões (aqui) e, no caso da colecção *O Essencial*, também aqui.

Além do reduzido número de publicações não obstante excepções como as referidas, o panorama é afectado pela forma como, por vezes, é feita essa divulgação. Nalguns casos não é fácil saber da sua existência digital, que não foi anunciada; noutros, não é evidente onde estão essas ligações na página da instituição; por vezes, a intenção apresentada de disponibilização das publicações ficou a meio ou sem continuidade; com frequência, o que já esteve acessível deixou de estar; finalmente, noutros casos, há restrições à forma de acesso ou de consulta aparentemente sem justificação. Acresce ainda que, nalgumas situações, há notória incoerência na forma ou no local de alojamento das publicações de uma mesma série.

Um caso emblemático – e importante pela responsabilidade da instituição – é o da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) e dos seus serviços centrais. Não só é escasso o uso que tem feito das possibilidades digitais que facilitariam a divulgação das suas actividades para além das simples notícias, como dificulta o acesso às publicações em formato digital que fez, de origem ou a partir de edição em papel, sendo necessário atravessar um difícil labirinto para se chegar às mesmas. Daí a pergunta no início: para que serve a publicação? Para que serve a publicação se, o que é suposto ser tornado público, ou seja, divulgado, depois se esconde?

Não há nada como um exemplo e, por isso, aqui fica o jogo da caça ao livro: encontrar na internet, a partir da página da DGPC (www.patrimoniocultural.gov.pt), três livros disponibilizados por esta em formato pdf, um dos quais sem edição em papel. Adicionalmente, o jogo inclui duas perguntas para quem os encontrar: 1) quão fácil ou difícil foi encontrá-los? 2) qual a lógica dos locais onde estão as ligações e onde estão alojados?

- 1) Irene Frazão, Luís U. Afonso (ed.), A Charola de Tomar. Novos Dados, Novas Interpretações, Lisboa, DGPC, 2016, ISBN: 978-972-776-490-7.
- 2) Alexandre Pais (ed.), Presépio da Basílica da Estrela, Lisboa, IPCR, 2004, ISBN: 972-99476-2-7.
- 3) Maria João Vilhena de Carvalho, Normas de Inventário. Artes Plásticas e Artes Decorativas. Escultura, Lisboa, IPM, 2004, ISBN: 972-776-727-9.

A solução do jogo será aqui colocada no dia 9 de Maio.

